

ALFABETIZAÇÃO: É UM ATO PARA ALÉM DO CODIFICAR E DECODIFICAR - É UM ALFABETIZAR PARA O COMPROMETIMENTO DA CRITICIDADE SOCIAL

Olga Bitencourt Pereira¹

Mestranda.

<https://lattes.cnpq.br/1769642362912169>

<https://lattes.cnpq.br/8512666584817111>

E-mail: olga.pereira@escola.seduc.pa.gov.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-20>

RESUMO: O presente artigo intitulado “alfabetização: é um ato para além do codificar e decodificar - é um alfabetizar para o comprometimento da criticidade social” tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas que permeiam a educação contemporânea. Além disso, ao longo da leitura busca compreender as diversas transformações que o processo de alfabetização perpassou e perpassa em diferentes momentos históricos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, pois esse método permite compreender o estado da arte sobre um tema, identificar lacunas no conhecimento e embasar reflexões críticas. Além disso, possibilita um aprofundamento teórico sem a necessidade de coleta direta de dados empíricos. Após o estudo traçado, conclui-se que a alfabetização deve ser reconhecida como um direito essencial e uma ferramenta para a transformação social. Somente por meio do compromisso conjunto será possível assegurar uma educação de qualidade para todos, capaz de formar indivíduos críticos, autônomos e preparados para os desafios do mundo atual.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Autonomia. Ensino. Aprendizagem. Reflexão Crítica.

LITERACY: IT IS AN ACT BEYOND CODING AND DECODING - IT IS LITERACY TO COMMIT TO SOCIAL CRITIQUE

ABSTRACT: This article named “literacy: it is an act beyond coding and decoding - it is literacy for social criticality the human life” aims to analyze the challenges and perspectives contemporary education. Furthermore, throughout the reading, it intends to understand the various transformations that happend in literacy process have undergone and continues to undergo at different historical moments. The methodology used was bibliographical research, as this method allows understanding the state of the art on a topic, identifying gaps in knowledge and supporting critical reflections. Furthermore, it allows for theoretical deepening without the need for direct collection of empirical data. After the study outlined, it is concluded that literacy must be recognized as an essential right and a tool for social transformation. Only through joint commitment will it be

¹ Professora Orientadora: **Maria Barbara da Costa Cardoso**. Doutora em Educação (UFPA). Licenciada em Pedagogia. Atua na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA. <http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>; E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

possible to ensure quality education for all, capable of forming critical, autonomous individuals prepared for the challenges of today's world.

KEYWORDS: Literacy. Social Criticality. Autonomy. Teaching. Learning.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de alfabetização é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, configurando-se como um instrumento essencial para a compreensão e interação com o mundo. Ao longo da história, a alfabetização tem sido atravessada por diferentes abordagens, influenciadas por contextos socioculturais, avanços pedagógicos e políticas públicas voltadas à educação. Compreender os caminhos percorridos por esse processo é essencial para analisar os desafios e perspectivas que permeiam a educação contemporânea.

Vale ressaltar, a alfabetização é um dos processos mais significativos na construção do conhecimento e no desenvolvimento humano. Ou seja, mais que o simples domínio da leitura e da escrita, alfabetizar é abrir portas para a compreensão do mundo, para a autonomia do pensamento e para a participação ativa na sociedade. Ao longo da história, a alfabetização percorreu caminhos diversos, moldados por transformações socioculturais, avanços tecnológicos e diferentes concepções pedagógicas. Se, em tempos remotos, o ensino da leitura e da escrita era restrito a poucos privilegiados, hoje, o desafio consiste em garantir que esse direito fundamental seja efetivado para todos, independentemente de classe social, etnia ou localidade.

A alfabetização, mais do que um processo técnico, é um ato político e social, que reflete a forma como a sociedade valoriza e promove o acesso ao conhecimento. Assim, compreender os caminhos percorridos até os dias atuais permite não apenas reconhecer as conquistas, mas também identificar os desafios que ainda precisam ser superados para que a alfabetização seja, de fato, um direito garantido e universal.

Este artigo, além de apresentar uma análise sobre a evolução histórica da alfabetização, desde seus primórdios até os dias atuais, destaca as principais metodologias utilizadas e os impactos das transformações sociais e tecnológicas nesse processo. Para isso, será adotada uma metodologia de cunho bibliográfico, que permitirá a construção

de uma compreensão ampla e crítica sobre o tema, a partir da revisão de estudos acadêmicos, documentos históricos e publicações especializadas na área da educação. Será investigado os principais modelos e metodologias que marcaram a educação ao longo dos tempos, desde os métodos tradicionais até as abordagens contemporâneas que consideram os múltiplos letramentos e o impacto das novas tecnologias. Além disso, serão discutidas as políticas educacionais e as estratégias de ensino que visam reduzir os índices de analfabetismo e melhorar a qualidade da alfabetização, especialmente no contexto brasileiro.

A pesquisa bibliográfica é um método de investigação que se baseia na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (Gil, 2022, p. 44).

Corroboro, ainda com Lakatos que,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (Lakatos, 2021, p. 182).

Tal abordagem permite um aprofundamento teórico sobre o tema, possibilitando a compreensão das diferentes perspectivas e contribuições acadêmicas acerca do fenômeno estudado, ou seja, ***quais as transformações que o processo de alfabetização perpassou ao longo da história?*** É primordial entender este processo para se ter clareza e entendimentos das diversas metodologias que foram utilizadas e de que forma estas

contribuíram ou não para a formação dos indivíduos capazes de ser protagonistas de sua própria história.

No contexto deste estudo, a metodologia bibliográfica será utilizada para mapear a evolução histórica do processo de alfabetização, identificando as principais correntes pedagógicas que influenciaram a educação ao longo do tempo. A revisão da literatura será conduzida de forma crítica e reflexiva, permitindo a identificação de tendências, desafios e inovações que marcaram esse campo do conhecimento.

Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (Lakatos, 2021, p. 182).

Ademais, a pesquisa bibliográfica possibilita a triangulação de informações, promovendo um embasamento teórico sólido que permite relacionar o passado e o presente da alfabetização, bem como traçar perspectivas futuras para sua evolução. Essa abordagem também possibilita a análise de diferentes contextos educacionais, desde experiências tradicionais até modelos contemporâneos que incorporam recursos tecnológicos e metodologias inovadoras.

Ao longo deste artigo, serão apresentados e discutidos os principais paradigmas da alfabetização, incluindo abordagens como o método sintético, analítico, construtivista e suas variações. Dessa forma, busca-se contribuir para o debate acadêmico e oferecer subsídios para práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas no campo da alfabetização.

PERCURSOS E ENLACES DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de alfabetização no Brasil reflete o contexto histórico, social e político do país, marcado por desigualdades e avanços pontuais. Durante o período colonial, a educação era destinada exclusivamente às elites, especialmente os filhos de colonos e clérigos. A alfabetização, limitada ao ensino de rudimentos religiosos e à leitura de textos sagrados, era conduzida principalmente por ordens religiosas como os jesuítas. A

população negra escravizada e os povos indígenas, por outro lado, não tinham acesso a essa educação formal, perpetuando uma exclusão social e cultural significativa.

A educação formal no Brasil passou por transformações significativas ao longo de sua história, refletindo os diferentes contextos sociais, econômicos e políticos do país. Desde o período colonial, a organização do ensino esteve marcada por exclusões e privilégios, voltados principalmente para as elites. Nos primeiros anos da colonização, em 1549, os jesuítas assumiram a tarefa de educar os filhos dos colonos e evangelizar os indígenas. Esse modelo de ensino, de caráter religioso, foi a base da educação no Brasil até a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, durante o governo do Marquês de Pombal.

Com a saída dos jesuítas, o modelo educacional entrou em colapso. O Estado assumiu a responsabilidade pela educação, mas o ensino continuou restrito a poucos privilegiados. Durante o Período Pombalino, foram criadas as Aulas Régias, que ofereciam ensino básico e secundário, porém com alcance limitado. A estrutura educacional permaneceu precária, com carência de professores qualificados e materiais didáticos. Além disso, os povos indígenas, negros escravizados e mulheres foram amplamente excluídos do acesso à educação formal. A exclusão reforçou o caráter elitista da educação formal, segundo Freire.

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e está, o ser menos (Freire, 2021, p. 40-41).

A desumanização não é uma vocação natural da humanidade, mas sim uma distorção histórica causada por relações de opressão. Por isso, a luta pela humanização, pela liberdade e pela superação da alienação é fundamental, pois reafirma os indivíduos como sujeitos de sua própria existência e transformação.

Com a Proclamação da Independência, em 1822, e a posterior promulgação da Constituição de 1824, o direito à educação foi reconhecido, mas ainda de maneira restrita. As escolas primárias começaram a surgir em maior número, mas o acesso era limitado, especialmente para mulheres, negros libertos e trabalhadores pobres. A República trouxe um debate mais intenso sobre a universalização da educação, mas o analfabetismo permaneceu elevado até o século XX, como resultado da desigualdade socioeconômica e da falta de investimentos consistentes no setor.

Após a Proclamação da República, em 1889, surgiram debates mais intensos sobre a necessidade de universalizar a educação. O Estado começou a se preocupar com a formação de cidadãos alfabetizados para atender às demandas do mercado de trabalho e da modernização. Contudo, até o início do século XX, a educação formal continuava defasada, com altas taxas de analfabetismo e profundas desigualdades regionais.

Assim, no século XX as políticas educacionais começaram a refletir um compromisso mais significativo com a alfabetização em massa. A Constituição de 1934 destacou a educação como um dever do Estado, mas foi apenas durante o governo de Getúlio Vargas que medidas mais concretas foram implementadas, como a criação do Ministério da Educação, a consolidação de um currículo nacional e a organização de um sistema educacional mais estruturado foram passos importantes.

Nos anos 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os esforços de Paulo Freire trouxeram metodologias inovadoras, como a pedagogia do oprimido, que associa o aprendizado à conscientização política. Porém, o golpe militar de 1964 interrompeu muitas dessas iniciativas, substituindo-as por programas mais tecnocráticos e menos participativos.

Sem dúvida, o preceito de que “o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado” tornou-se o mais polêmico entre os dispositivos que se referem à educação na Carta de 1937. Para alguns educadores, especialmente aqueles vinculados ao Estado Novo, trata-se de um avanço democrático, na medida em que o estado se dispões a dar assistência aos mais carentes entre a população; para outros, o mesmo preceito é discriminatório e antidemocrático, pois pressupõe a existência de dois tipos de educação: a destinada às elites – ensino secundário e superior - e a reservada aos pobres ou às classes menos

favorecidas – o ensino primário e profissional – representando uma volta aos padrões do Império, que perduraram ao longo da Primeira República e que a Revolução de 30 havia superado (Piletti, 2016, p. 184).

Vale salientar, que a diretriz estabelecida na Constituição de 1937, que priorizava o ensino pré-vocacional e profissional para as classes menos favorecidas, gerou intenso debate entre educadores e intelectuais da época. Enquanto alguns enxergavam essa medida como uma forma de democratização do ensino, possibilitando o acesso à educação básica para populações marginalizadas, outros a interpretavam como uma política discriminatória que perpetuava a divisão social e econômica no país. Ao criar trajetórias educacionais distintas – uma voltada para as elites e outra para os trabalhadores –, essa abordagem reforçava a estrutura social desigual, assemelhando-se aos modelos vigentes durante o Império e a Primeira República. Assim, apesar de sua proposta de inclusão, tal diretriz também pode ser vista como um obstáculo à ascensão social e à equidade educacional, refletindo as contradições do projeto educacional do Estado Novo.

Com a redemocratização e a Constituição de 1988, a educação foi reconhecida como um direito universal e um dever do Estado e da família. A ampliação do acesso à escola, a criação de programas como o FUNDEB e a valorização da educação básica marcaram avanços significativos. Apesar disso, desafios como a desigualdade de qualidade, a evasão escolar e a formação de professores ainda exigem esforços contínuos para consolidar uma educação inclusiva e equitativa. O contexto histórico da educação formal no Brasil reflete, portanto, um longo percurso de exclusões e avanços rumo à democratização do ensino.

Vale ressaltar, a Constituição de 1988 representou um marco importante ao garantir a educação como um direito fundamental. Programas como o FUNDEF e o FUNDEB, a partir dos anos 1990 e 2000, respectivamente, contribuíram para ampliar os recursos destinados à educação básica e reduzir os índices de analfabetismo. No entanto, desafios permanecem, como a alfabetização plena em áreas rurais, a melhoria na qualidade do ensino e a redução das desigualdades regionais.

O contexto histórico do processo de alfabetização no Brasil evidencia a complexidade de transformar uma educação elitista e excludente em um direito acessível

a todos. Apesar dos avanços, as políticas públicas ainda precisam enfrentar questões estruturais para garantir que o direito à alfabetização seja plenamente efetivado para toda a população.

AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NO PROCESSO E ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização e o processo de ensino-aprendizagem são abordados de maneiras complementares pelos pensadores Paulo Freire, Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de suas diferenças teóricas, compartilham o objetivo de compreender como o indivíduo constrói o conhecimento e se relaciona com o mundo. Esses autores oferecem contribuições fundamentais que ajudaram e continuam ajudando pesquisadores a estruturar práticas pedagógicas mais eficazes, críticas e humanizadas.

Paulo Freire, no contexto da alfabetização, enfatiza a necessidade de um processo que vá além da decodificação mecânica das palavras. Para Freire, a alfabetização deve ser um ato de empoderamento e libertação. Ele acredita que o aprendizado das palavras está profundamente ligado à leitura do mundo. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire propõe um método dialógico, no qual o educando participa ativamente da construção do conhecimento, conectando-o à sua realidade e experiência cotidiana. Esse método enfatiza a conscientização, permitindo que os sujeitos se tornem agentes de transformação social.

O papel de Paulo Freire no ato de educar é fundamentalmente revolucionário e humanizador. Ele concebe a educação como um processo de libertação e conscientização, rompendo com a lógica tradicional do ensino bancário, onde o professor apenas deposita conhecimentos nos alunos. Para Freire, educar significa dialogar, construir conhecimento de forma coletiva e reconhecer o educando como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Pois,

O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado (Freire, 2021b, p. 112).

Para Freire a essência do pensamento dialógico e crítico na educação e nas relações humanas é fundamental. Ou seja, o "homem dialógico" é aquele que acredita na capacidade transformadora do ser humano, reconhecendo sua potência para criar e modificar a realidade. Assim, a verdadeira educação libertadora deve atuar na conscientização e no fortalecimento da autonomia dos indivíduos, permitindo que superem a alienação e exerçam plenamente sua capacidade de transformação. Neste sentido, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2021b, p. 59). Reforçando a importância da educação crítica, que não apenas transmite conhecimento, mas possibilita ao sujeito compreender sua realidade e agir sobre ela de maneira consciente e emancipatória.

Esse pensamento reflete uma visão humanista e democrática, na qual cada ser humano deve ser tratado com respeito e consideração, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural. Ao afirmar que esse respeito não é um favor, destaca a necessidade de uma convivência baseada em princípios de equidade e justiça, reforçando que a dignidade humana deve ser um pilar fundamental das relações sociais e institucionais.

Freire enfatiza que a educação não é neutra: ela pode tanto perpetuar a opressão quanto servir como instrumento de transformação social. Seu método de alfabetização, baseado em "temas geradores", conecta o conteúdo pedagógico à realidade dos alunos, partindo de suas experiências para promover uma leitura crítica do mundo. Essa abordagem valoriza a capacidade do educando de compreender as estruturas sociais e agir para transformá-las, alinhando o aprendizado à luta por justiça e igualdade.

Além disso, Freire destaca que o ato de educar deve ser permeado por amorosidade, respeito e ética. Ele acredita que o professor tem o papel de criar um ambiente propício ao diálogo e à troca de saberes, onde o educando se sinta valorizado e motivado. Essa visão contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e significativa, que não apenas transmite conhecimento, mas também forma cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

[...] A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências do mundo (Freire, 2001a, p. 83).

Freire destaca uma visão de escola pública que transcende a simples transmissão de conteúdo, enfatizando a importância da construção coletiva do conhecimento por meio do diálogo. Ao valorizar tanto o saber popular quanto o científico, Freire propõe uma educação que não apenas informa, mas transforma, incentivando a criticidade e a criatividade dos alunos. Essa abordagem fortalece o papel do estudante como sujeito ativo no processo educativo, o que se alinha a uma perspectiva emancipatória e democrática da educação, essencial para formar cidadãos engajados e conscientes de seu papel na sociedade

Jean Piaget, por sua vez, oferece uma perspectiva voltada ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo, destacando como as estruturas mentais evoluem ao longo do tempo. Piaget identifica estágios do desenvolvimento que influenciam diretamente em como as crianças aprendem. No contexto da alfabetização, ele argumenta que as práticas pedagógicas devem respeitar o nível de desenvolvimento da criança, promovendo desafios que sejam apropriados às suas capacidades cognitivas. O ensino baseado em sua teoria implica um processo ativo, onde o aluno constrói conhecimento por meio da interação com o ambiente e a resolução de problemas.

Piaget, um dos maiores expoentes da psicologia do desenvolvimento, oferece uma base teórica significativa para a alfabetização, centrada em sua teoria dos estágios de desenvolvimento cognitivo. Ele argumenta que as crianças passam por diferentes estágios de maturação mental, e cada etapa influencia a maneira como elas aprendem e processam informações.

Essas ideias têm implicações práticas na alfabetização, especialmente no reconhecimento de que o processo de aprender a ler e escrever deve respeitar o desenvolvimento cognitivo de cada criança. As influências de Piaget na Alfabetização aparecem por meio dos estágios de desenvolvimento. De acordo com Piaget, as crianças entre 6 e 12 anos estão no estágio das operações concretas, no qual começam a

desenvolver habilidades de lógica e classificação, essenciais para a leitura e escrita. Propôs que o desenvolvimento cognitivo humano ocorre em quatro estágios sequenciais:

Estágio Sensorio-Motor: do nascimento até aproximadamente os 2 anos de idade, onde a criança explora o mundo através dos sentidos e ações motoras.

Estágio Pré-Operacional: dos 2 aos 7 anos, caracterizado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, embora o raciocínio ainda seja egocêntrico e intuitivo.

Estágio das Operações Concretas: dos 7 aos 11 anos, marcado pela capacidade de realizar operações lógicas com objetos concretos e pela compreensão de conceitos como conservação e reversibilidade.

Estágio das Operações Formais: a partir dos 12 anos, onde surge o pensamento abstrato, permitindo raciocínios hipotético-dedutivos e a formulação de hipóteses (Yamazaki et al, 2019, p. 69).

Segundo Piaget cada um desses estágios representa uma lógica das estruturas mentais que será superada por um estágio superior que apresenta outra lógica do conhecimento. A ideia de Piaget de que a aprendizagem é um processo ativo, influencia diretamente práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização. Ele acreditava que as crianças constroem o conhecimento por meio da interação com o ambiente e que a alfabetização deveria envolver a experimentação prática, como atividades lúdicas de escrita e leitura que despertem curiosidade e promovam a autonomia.

Os conceitos como assimilação e acomodação, que descrevem como as crianças incorporam novas informações e ajustam seus esquemas mentais. No contexto da alfabetização, isso significa que as atividades devem ser ajustadas ao nível de desenvolvimento da criança, garantindo que elas sejam desafiadas sem serem sobrecarregadas. E destaca a importância de a criança entender os conceitos antes de simplesmente memorizá-los.

A assimilação e a acomodação são, portanto, os dois polos de uma interação que se desenvolve entre o organismo (sujeito) e o meio (objeto), o qual constitui a condição indispensável de todo funcionamento biológico e intelectual, e essa superação supõe, desde o início, um equilíbrio entre as duas tendências dos polos opostos. (Piaget, 1979, p. 328, apud Garcia, 1998, p. 21).

Na alfabetização, isso se traduz em estratégias que vão além do simples reconhecimento de letras e palavras, incentivando a compreensão do significado dos

textos e a relação entre leitura e experiências pessoais. A alfabetização, neste contexto, pode ser potencializada ao envolver atividades que incentivem a manipulação de símbolos e representações concretas, como jogos de palavras, construção de histórias e a identificação de padrões.

Esses métodos traçados por Piaget promovem a alfabetização por meio de métodos que respeitam o ritmo e a capacidade de cada criança, evitando forçá-las a pular etapas. Isso inclui atividades baseadas no interesse das crianças, como a criação de histórias baseadas em imagens, jogos interativos que utilizam palavras e letras e discussões abertas sobre textos simples. Essas práticas alinham-se à ideia de que o aprendizado é um processo construtivo, centrado no aluno.

Vygotsky, diferente de Piaget, enfatiza a importância do contexto social e cultural no aprendizado. Ele introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que é a distância entre o que uma criança consegue fazer sozinha e o que pode alcançar com a ajuda de um mediador mais experiente. No processo de alfabetização, a ZDP ressalta o papel crucial do professor ou de outros mediadores, que auxiliam o aluno a alcançar níveis mais elevados de compreensão por meio de interações significativas. Vygotsky também destaca o papel da linguagem como ferramenta essencial para o desenvolvimento do pensamento.

Vygotsky foi um dos principais teóricos da psicologia do desenvolvimento e da educação, e suas contribuições influenciam diretamente o campo da alfabetização. Seu enfoque na interação social como base do desenvolvimento cognitivo e na mediação como ferramenta central para a aprendizagem apresenta fundamentos cruciais para o ensino da leitura e da escrita.

Vygotsky introduziu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere ao espaço entre o que uma criança consegue realizar sozinha e o que ela pode alcançar com a ajuda de um mediador, como um professor ou colega mais experiente. Na alfabetização, isso significa que o aprendizado deve ser planejado para estar dentro dessa zona, utilizando intervenções que ajudem a criança a avançar de um nível atual para um nível mais elevado de competência. Por exemplo, práticas como

leitura compartilhada, escrita guiada e jogos de palavras são atividades que promovem o progresso dentro da ZDP. Segundo Vygotsky,

Quando se demonstrou que a capacidade de crianças com iguais níveis de desenvolvimento mental, para aprender sob a orientação de um professor, variava enormemente, tornou-se evidente que aquelas crianças não tinham a mesma idade mental, diferente. [...] a Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas (Vygotsky, 2007, p. 97).

Neste sentido, o aprendizado não depende apenas do nível de desenvolvimento real da criança, mas também de seu potencial para aprender com a mediação de um adulto ou de um par mais experiente. A ZDP é, portanto, a diferença entre o que o aluno pode fazer sozinho e o que ele consegue realizar com orientação e apoio. Essa teoria revolucionou a compreensão sobre o ensino, mostrando que a aprendizagem precede o desenvolvimento e que a interação social é essencial para o progresso cognitivo. Assim, a educação deve se estruturar com base no estímulo adequado às capacidades emergentes dos estudantes, permitindo que avancem continuamente em sua formação intelectual.

Ainda, segundo Vygotsky, a linguagem é a principal ferramenta cultural para a mediação no processo de ensino-aprendizagem. Na alfabetização, a linguagem não apenas é o objetivo, mas também o meio pelo qual a aprendizagem acontece. Professores atuam como mediadores, introduzindo conceitos e estratégias que ajudam as crianças a internalizarem habilidades, como decodificação de palavras e compreensão textual.

Além disso, para Vygotsky, a interação social desempenha um papel central, pois é por meio dela que as crianças constroem conhecimento. Na alfabetização, isso implica que a aprendizagem deve ser um processo colaborativo, onde os alunos interagem com colegas, professores e familiares, “sem negar o lugar da sensibilidade e da imaginação como forma legítima do conhecimento” (Benjamin, 2012, p. 27).

Por fim, Vygotsky argumentava que a aprendizagem é mais eficaz quando é relevante e significativa para a vida da criança. No ensino da leitura e escrita, isso significa que os materiais e métodos devem estar conectados ao contexto cultural e às experiências das crianças. Por exemplo, usar histórias, músicas ou situações do cotidiano

torna o processo de alfabetização mais envolvente e efetivo. Com base em seus princípios, muitas estratégias de alfabetização foram desenvolvidas, como: a) Leitura dialogada: professores e alunos discutem o texto durante a leitura, promovendo a compreensão e a construção conjunta de significados. b) Escrita colaborativa: atividades em grupo onde as crianças ajudam umas às outras no processo de escrita. c) Uso de scaffolding: intervenções graduais onde o professor fornece suporte inicial e o reduz conforme a autonomia do aluno aumente.

As ideias de Vygotsky reforçam que a alfabetização não é um processo isolado, mas social, mediado pela linguagem e influenciado pelas interações e pelo contexto cultural.

Na alfabetização, o diálogo entre esses pensadores se traduz em uma prática pedagógica que respeita as individualidades, promove a interação coletiva e conecta o conhecimento escolar às experiências de vida dos alunos. Assim, é possível construir um ensino-aprendizagem que seja ao mesmo tempo humanizador e cientificamente fundamentado.

Enquanto Freire destaca a alfabetização como um ato político e transformador, Piaget e Vygotsky oferecem bases psicológicas e pedagógicas para entender o processo de construção do conhecimento. No entanto, suas teorias podem se complementar em sala de aula. Por exemplo, um professor que adota uma abordagem freiriana pode usar os conceitos de Piaget para adaptar as atividades ao nível cognitivo dos alunos e aplicar a teoria de Vygotsky para promover interações sociais ricas, que ampliem a aprendizagem.

A intersecção entre as ideias desses autores é evidente em práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo do estudante, a interação social e a relevância cultural do conteúdo. Por exemplo, em um projeto de alfabetização inspirado em Freire, os temas geradores podem ser trabalhados por meio de atividades colaborativas, que exploram a ZDP de cada aluno e respeitam seu estágio de desenvolvimento.

Freire, Piaget e Vygotsky compartilham a visão de que o aprendizado não é um ato passivo, mas uma construção dinâmica que requer engajamento ativo do aluno e mediação eficaz do educador. Enquanto Freire chama atenção para o papel transformador

da educação, Piaget e Vygotsky fornecem ferramentas para que essa transformação ocorra de maneira alinhada ao desenvolvimento cognitivo e social do aprendiz.

O legado desses autores nos ensina que a educação é um processo multidimensional, que envolve o cognitivo, o social e o político. A partir dessas contribuições, educadores podem desenvolver práticas pedagógicas que realmente façam diferença na formação integral dos sujeitos, promovendo não apenas a alfabetização, mas a emancipação e o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO NA HISTÓRIA

A alfabetização sempre foi um dos maiores desafios e prioridades das políticas educacionais no Brasil, especialmente considerando os índices de analfabetismo histórico e as desigualdades sociais que marcam o país. Ao longo do tempo, diversos programas governamentais foram criados com o objetivo de garantir o direito à educação e combater o analfabetismo, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Esses programas tiveram implicações sociais profundas, refletindo tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no contexto educacional.

- Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

Criado em 1967 durante o regime militar, o MOBRAL foi uma das primeiras iniciativas massivas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos. Seu objetivo principal era reduzir os índices de analfabetismo para integrar a população ao mercado de trabalho e à cidadania. Apesar de atingir milhões de pessoas, o programa enfrentou críticas por priorizar a mecanização da alfabetização, com pouca ênfase no pensamento crítico e nos aspectos culturais da aprendizagem.

O MOBRAL teve implicações importantes na inclusão social e no aumento do acesso à educação, mas também revelou as limitações de políticas que desconsideravam o contexto mais amplo dos educandos, ou seja, focava na transmissão mecânica de conteúdo, negligenciando a construção do pensamento crítico e a valorização das culturas locais, o que limitava seu impacto transformador.

Assim sendo, Leite (2016), afirmam que:

Não demorou, para que outra medida fosse tomada numa tentativa desesperada do governo de alfabetizar o país, foi então que no começo de 1964, o educador Paulo Freire começava a implantar no Brasil uma revolução no método de alfabetização de adultos, e no mesmo ano, foi aprovado o plano Nacional de Alfabetização, porém houve o golpe militar e a educação que se construiria em caráter crítico foi suprimida dando lugar a um novo projeto chamado MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 elaborado durante o governo do general Costa e Silva (Leite, 2016, p. 03).

Esse método educacional se distanciava muito do que propunha Paulo Freire, pois se baseava apenas na prática do aprender ler, escrever e fazer as operações básicas de matemática sem nenhuma contextualização, pois ninguém podia se tornar um cidadão crítico para não contrariar o sistema, caso contrário, seriam exilados.

O Mobral se expandiu por todo o país por longos anos, todavia foi extinto em 1980 porque o governo considerou que estava saindo muito caro aos cofres públicos. Com o fim da MOBREAL deu-se lugar a Fundação EDUCAR que dava apoio técnico e financeiro as iniciativas de alfabetização existentes (Leite, 2016).

- Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)

Na década de 1990, já em um contexto democrático, o PEJA foi implementado com foco na inclusão de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. Diferentemente do MOBREAL, o PEJA buscava um enfoque mais integrado, relacionando alfabetização com conteúdo que ajudassem os educandos a compreenderem e transformar sua realidade social. Essa iniciativa teve impactos positivos, mas enfrentou desafios como a evasão escolar e a dificuldade de adaptar currículos às diferentes realidades regionais.

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA)

Lançado em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Brasil Alfabetizado representou um marco ao priorizar a alfabetização como direito fundamental e como parte das políticas públicas integradas ao Plano Nacional de Educação. O PBA envolveu estados, municípios e a sociedade civil, com foco para populações

historicamente marginalizadas, como comunidades rurais, indígenas e quilombolas. O programa destacou-se por sua articulação entre os diferentes níveis de governo e por incluir organizações da sociedade civil em sua execução, em populações rurais, indígenas e quilombolas. Apesar de avanços significativos, como a redução do analfabetismo, o programa enfrentou desafios na continuidade das políticas e na articulação com o ensino formal, resultando em dificuldades para garantir uma alfabetização plena.

- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Implementado em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) buscou garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até o 3º ano do Ensino Fundamental. O programa trouxe um enfoque mais estruturado, com investimentos na formação docente, no acompanhamento pedagógico e na disponibilização de materiais didáticos. O PNAIC trouxe uma abordagem sistemática para a alfabetização infantil e teve impactos positivos na melhoria dos índices de alfabetização.

Segundo Ferreira e Teberosky (1999) a disseminação dos estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita, surgiu uma forte crítica aos métodos tradicionais de alfabetização, acompanhada da defesa de uma abordagem baseada na teoria psicogenética da aprendizagem da escrita. Defendem a importância de proporcionar às crianças a oportunidade de compreender e utilizar o Sistema de Escrita Alfabética por meio do contato com diversos textos escritos, em atividades significativas de leitura e produção textual, desde a Educação Infantil.

Por meio dessas iniciativas, o Brasil avançou no enfrentamento do analfabetismo, mas ainda há desafios significativos, como a necessidade de articular políticas educacionais que dialoguem com a realidade social e cultural das diferentes populações, garantindo não apenas a alfabetização, mas também uma educação transformadora e inclusiva.

E ainda, esses programas não apenas ajudaram a reduzir o analfabetismo, mas também promoveram impactos sociais profundos, como a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho e o fortalecimento da cidadania. No entanto, eles evidenciaram as

limitações das políticas públicas, que muitas vezes carecem de continuidade, de financiamento adequado e de articulação com as demandas culturais e sociais das comunidades atendidas.

Além disso, a alfabetização no Brasil está intimamente ligada à luta por equidade e justiça social. Promover o acesso à leitura e à escrita não é apenas garantir uma habilidade técnica, mas também proporcionar condições para que indivíduos compreendam e transformem sua realidade. Para isso, é necessário que políticas públicas sejam pensadas a partir das especificidades regionais, respeitando a diversidade cultural do país.

Por fim, os desafios do presente, como a crescente demanda por alfabetização digital e a necessidade de formação continuada de professores, mostram que a alfabetização no Brasil é um campo em constante evolução. O avanço só será possível por meio de políticas públicas consistentes, integradas e comprometidas com a redução das desigualdades, garantindo que o direito à educação seja efetivamente universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que ao longo da história, o processo de alfabetização no Brasil tem sido influenciado por diferentes abordagens teóricas e metodológicas, refletindo as transformações sociais, políticas e econômicas do país. Inicialmente pautado em uma perspectiva tradicional e mecanicista, o ensino da leitura e escrita evoluiu para concepções mais dinâmicas, que consideram o contexto sociocultural e a interação do sujeito com o conhecimento. Essa transição evidenciou a necessidade de repensar os métodos aplicados e buscar estratégias mais eficazes para garantir uma alfabetização significativa e abrangente.

As influências teóricas foram fundamentais para essa mudança. Paulo Freire, com sua abordagem libertadora, enfatizou a relação entre alfabetização e consciência crítica, promovendo uma educação voltada para a emancipação do sujeito. Já Emília Ferreiro e Ana Teberosky, com base na Psicogênese, revolucionou o entendimento sobre o processo de aprendizagem da escrita, demonstrando que a criança é um agente ativo nesse percurso.

Essas contribuições teóricas foram essenciais para a formulação de novas práticas pedagógicas mais alinhadas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos.

No campo das políticas públicas, o Brasil implementou diversos programas com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo e melhorar a qualidade do ensino. O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por exemplo, buscou garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até os oito anos de idade, promovendo formação continuada de professores e materiais didáticos adequados. Outro exemplo relevante é o Programa Brasil Alfabetizado, que visa atender jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos na alfabetização no Brasil. A desigualdade social e regional impacta diretamente o acesso à educação de qualidade, refletindo-se nos altos índices de analfabetismo funcional. Além disso, a formação docente e as condições estruturais das escolas são fatores determinantes para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. A superação desses desafios exige investimentos contínuos em políticas educacionais e na valorização dos profissionais da educação.

O futuro da alfabetização no Brasil depende da continuidade e aprimoramento das iniciativas existentes, bem como da incorporação de novas tecnologias e metodologias inovadoras. O uso de recursos digitais, jogos pedagógicos e estratégias interdisciplinares pode potencializar a aprendizagem e tornar o processo mais dinâmico e acessível para diferentes realidades escolares.

Dessa forma, a alfabetização deve ser compreendida como um direito fundamental e um instrumento de transformação social. Somente com o compromisso coletivo entre governo, educadores e sociedade civil será possível garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para os desafios da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Em busca de novos paradigmas para as ciências humanas**. In: SOUZA, Solange Jobim. *Infância e Linguagem: Bagkthin, Vygotsky* – 13ª ed. - Campinas, São Paulo, Sp: Papirus, 2012.
- FERREIRO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da linguagem escrita**. Tradução Diana Mirian Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. – Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**- 84ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, P. **pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 74ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.
- GARCIA, Sonia Maria dos Santos. **A construção do conhecimento segundo Jean Piaget**. Ensino em Revist 6 (1): 17-18. Jul97/jun98.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: métodos científicos, técnicas de pesquisa, elaboração de referência bibliográficas** - 9. ed. - São Paulo: Atlas 2021.
- LEITE, Neidiane Da Costa. **A importância da ludicidade na educação de jovens e adultos: um estudo numa escola pública no município de Macapá/AP**. Monografia apresentada à Faculdade Atual como requisito básico para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia. Macapá/AP. 2016. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos3/importancia-ludicidade-educacao-jovens-adultos/importancia-ludicidade-educacao-jovens-adultos2.shtml> Acesso em: 15 jan. 2025.
- PILETTI, Claudino. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 1 ed. 3ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2016.
- VYGOTSKY, Lev. S. **A formação Social da Mente: os desenvolvimentos dos processos psicológicos superiores**. Organizadores Michael Cole- [et al]; tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna, Solange Castro Afeche. 7ª.ed. – São Paulo, 2007.
- YAMAZAKI, K.; YAMAZAKI, R.; LABARCE, L. "Piaget como referencial teórico para o ensino e aprendizagem de ciências." *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemática*, v. 15, n. 34, p. 66-79, 2019.

Submissão: outubro de 2024. Aceite: novembro de 2024. Publicação: fevereiro de 2025.